

A INFLUÊNCIA DO GÊNERO NA PARTICIPAÇÃO DA MODALIDADE FUTEBOL NO PROJETO ESCOLA DA BOLA

THE GENDER INFLUENCE ON PARTICIPATION IN SOCCER GAME ON THE PROJECT ESCOLA DA BOLA

GABRIEL, Bruno José¹

FREITAS JR., Miguel Archanjo de²

RESUMO

O projeto Escola da Bola (UEPG) atendia, em 2011, a 260 escolares residentes no entorno do Campus Universitário. Ofertava várias práticas físicas e esportivas, como o basquetebol, a dança, o futebol, o futsal, as lutas, a natação e o voleibol. Posteriormente ao encerramento do período de inscrição, observou-se a inexistência de meninas matriculadas na modalidade futebol. Desta forma, objetiva-se analisar e discutir a influência do gênero na não participação desta modalidade no referido projeto. Para tanto, optou-se pela aplicação de um questionário conformado por duas questões fechadas, para as meninas matriculadas nas outras modalidades. Das vinte e seis respondentes (26), 15,38% gostam de futebol, mas nunca tiveram oportunidade de praticar, 34,62% não gostam devido à falta de afinidade, 7,69% não gostam devido à inabilidade, 19,23% não gostam devido à violência e 23,08% não gostam devido ao preconceito de gênero. Concluiu-se que essas são as implicações atuais dos habitus sexistas historicamente construídos na sociedade brasileira e que acabam reverberando em diferentes campos sociais.

Palavras Chave: Projeto. Escola da Bola. Futebol. Gênero.

1 Aluno do curso de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil. E-mail: brunogabriel_uepg@hotmail.com

2 Professor do curso de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil e Professor dos cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: mfreitasjr@hotmail.com

ABSTRACT

The Project Escola da Bola, developed at Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brazil, benefited 260 students who live near the university campus, in 2011. It offered various sports and physical activities, such as basketball, dance, soccer, indoor soccer, fights, swimming and volleyball. After ending the enrollment period, it was noticed that in soccer there were no girls enrolled. Thus, this study aims to analyze the influence of gender in this sport modality. To achieve this goal, it was used a questionnaire that consisted of two open questions designed for girls enrolled in other sport modalities. Out of twenty-six interviewees (26), 15.38% likes soccer, but never had the opportunity to practice it; 34.62% does not like it because does not feel any affinity with it; 7.69% does not like it because does not have the ability to practice; 19.23% does not like because consider it a violent sport; 23.08% does not like due to gender bias. It was possible to conclude that the results are related to the sexist habitus which are historically constructed in Brazilian society and that reverberates it different social areas.

Keywords: Project Escola da Bola. Soccer. Gender.

INTRODUÇÃO

O presente estudo refere-se ao projeto de extensão “Escola da Bola: Centro de Formação e Detecção de Talentos Esportivos”. Este projeto, desenvolvido na e pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), estava no ano de 2011 sob a coordenação do Professor Doutor Miguel Archanjo de Freitas Jr. Atendeu nesse período a 260 escolares de ambos os sexos (meninos e meninas), com idade entre sete e quinze anos, que residiam principalmente em comunidades localizadas no entorno do Campus Universitário.

As modalidades esportivas ofertadas de segunda-feira a quinta-feira, no contra turno escolar, eram: atletismo, basquetebol, futsal, futebol, handebol, lutas, natação e voleibol. Além destas, a dança também complementava a grade geral de atividades do projeto. Para realizar a inscrição e efetivar a participação, a frequência, e o “bom” desempenho escolar deveriam ser comprovados pelos escolares por meio da entrega do boletim à coordenação pedagógica do projeto, que era realizada por acadêmicos do curso de Pedagogia.

Posteriormente ao encerramento das inscrições do ano de 2011, observou-se um fato intrigante, o qual se referia à inexistência de meninas matriculadas na modalidade futebol. O projeto apresentou as seguintes características, relativas às atividades/inscritos: basquetebol (doze - dez meninos e duas meninas), dança (dez meninas), futebol (vinte e dois meninos), futsal (quarenta e um - vinte e dois meninos e dezoito meninas), lutas (trinta e quatro - dezoito meninos e quinze meninas), natação (cento e vinte e um - cinquenta e um meninos e setenta meninas) e voleibol (vinte - quinze meninos e cinco meninas).

Diante deste cenário previamente salientado, objetiva-se analisar e discutir a influência do gênero na não participação da modalidade futebol no projeto “Escola da Bola” durante o ano de 2011. Para tanto, optou-se pela elaboração e aplicação de um questionário estruturado, composto por duas questões fechadas, para as meninas devidamente matriculadas nas outras modalidades esportivas.

Desta forma, nesse escrito se desenvolvem dois aspectos fundamentais que inter-relacionados tem influenciado a estruturação e o desenvolvimento da sociedade: o primeiro refere-se à constituição (e a reverberação) de um *habitus* sexista na estrutura social; o segundo é a influência deste na tomada de posição sobre a modalidade esportiva a praticar. Assim sendo, a perspectiva objetivada pelo presente estudo coaduna com os pressupostos teóricos de Joan Scott (1995), os quais explicitam que sejam

estudadas a história pregressa dos gêneros humanos e as suas implicações nas sociedades atuais.

AS DIFERENÇAS SOCIAIS DO *HABITUS*

As estruturas sociais, cognitivas e, por conseguinte, as relações objetivistas e subjetivistas da sociedade, não devem ser analisadas separadamente, pois caso contrário perde-se o que Bourdieu (2010) chamou de relação dialética entre o ator e a estrutura. Para este autor, as “[...] disposições (*habitus*) são inseparáveis das estruturas [...] que as produzem e as reproduzem, tanto nos homens como nas mulheres, e em particular de toda a estrutura das atividades técnico-rituais” (BOURDIEU, 2010, p. 55).

O *habitus*, enquanto uma disposição que se adquire em função do pertencimento a determinadas estruturas sociais, reverbera a inter-relação e o diálogo entre o indivíduo e a sociedade. No entanto, vale salientar que as disposições não são resultantes de um processo mecânico e essencialista, pois o *habitus* de todo agente possui uma relativa autonomia em relação ao campo social. Por isso, um dos delineamentos dado ao conceito por Bourdieu (1983, p. 105) é o seguinte:

O *habitus* como se diz a palavra, é aquilo que se adquiriu, mas que se encarnou no corpo de forma durável sob a forma de disposições permanentes. Esta noção lembra então, de maneira constante, que se refere a algo histórico, que é ligado a história individual, e que se inscreve num pensamento genético, por oposição a modos de pensamento essencialistas (como a noção de competência que encontramos no léxico chomskiano). Aliás, a escolástica designava também com o nome de *habitus* algo como uma propriedade, um capital. E de fato, o *habitus* é um capital, que, sendo incorporado, se apresenta com as aparências de algo inato. Mas por que não dizer hábito? O hábito é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, antes reprodutivo do que produtivo. Ora, eu queria insistir na idéia de que o *habitus* é algo que possui uma enorme potência geradora. Para resumir, o *habitus* é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós “reproduzamos” as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos.

Como se pode observar a estruturação do *habitus* ocorre ao longo da história. Nesse pressuposto, percebe-se também o esforço empreendido pelo autor para que o conceito de *habitus* não seja internalizado como o sinônimo de hábito. Ele transcende este último, pois possui uma potência geradora de modos de perceber, de sentir, de julgar, o que leva as pessoas a agirem de determinadas maneiras, as quais contribuem com a reprodução das condições sociais de condicionamento do *habitus*.

Desta forma, a submissão e o cerceamento social sofrido pelas mulheres em detrimento aos homens durante as temporalidades históricas, impediram-nas de exercer momentaneamente várias atividades como, por exemplo, o exercício da cidadania e a prática de várias modalidades esportivas, dentre outras (BAUER, 2001; GOELLNER, 2005; GOELLNER, 2005a). No entanto, na sociedade contemporânea as mulheres conquistaram legalmente vários direitos que outrora lhes eram negados, simplesmente

pelo fato de serem do sexo feminino (TERROSSI; D'ANGELO; STILLI, 2010).

Sobre essa questão, observa-se que no Brasil a década 1930³ foi marcada pela conquista do direito ao voto pelas mulheres (BAUER, 2001). Outras conquistas significativas, como a inserção em modalidades esportivas, que foram (e são) consideradas nefastas a constituição orgânica e a função social da mulher, ocorreram muito mais tarde, na década de 1980, em decorrência do processo de abertura que se instaurava no país para novos aspectos culturais, sociais e políticos.

Durante este processo histórico supracitado, houve a constituição de um *habitus* sexista, que conformou (e muitas vezes ainda conforma) a estrutura social, cognitiva e as atividades técnico-rituais dos campos sociais. Esta disposição foi estruturada por meio da significação socialmente atribuída à constituição biológica dos seres humanos, o que fez emergir e legitimar o masculino e o feminino, como simbolicamente opostos e antagônicos (BOURDIEU, 2010).

Esta oposição dos gêneros humanos resultou na emersão de maneiras de agir, de utilizações corpóreas e de atividades, que são socialmente consideradas próprias e/ou propícias para um ou outro gênero. Para Ferreira (2010) o reflexo da incorporação deste *habitus* está condicionado à observação da sociedade ou dos rituais que nela se desenvolvem. A autora reforça que a prática de atividades consideradas “inadequadas” a um ou outro gênero resulta em sanções sociais. Assim, a reprodução das condições sociais que produzem o *habitus* sexista ocorre, cotidianamente, por meio da inter-relação entre o indivíduo e os campos sociais.

Antes de prosseguir, faz-se necessário salientar que quando nos referimos ao termo gênero, o compreendemos como uma variante social e não biológica. Corrobora-se aqui a aceção de Scott (1995), historiadora feminista que expôs que o gênero é uma categoria útil para as análises históricas. Para a autora, o gênero se tornou uma forma de indicar construções culturais, ou seja, uma criação inteiramente social tanto do *habitus* sexista quanto das ações e atividades próprias, propícias e aceitáveis aos homens e as mulheres.

Por essas questões, a definição de gênero de Scott (1995, p. 86) apresenta duas partes distintas, entretanto interdependentes.

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.

Complementando e corroborando com esta aceção, Gómez (1993), citado por Cadavid e Castro (2001, p. 1), define gênero como:

La red de rasgos de personalidad, actitudes, sentimientos, valores, conductas y actividades que, a través de un proceso de construcción social, diferencia a los hombres de las mujeres. Esta construcción tiene las siguientes características: *es histórica*, y, como tal, se nutre de elementos que por ser mutables en el tiempo y en el espacio son también susceptibles de modificación mediante intervenciones; es ubicua en el sentido que permea la micro y la macrosfera de la sociedad a través del mercado de trabajo, el sistema educativo, los medios de comunicación, la religión, el aparato político, la recreación, la familia, las relaciones interpersonales, la salud y la misma personalidad; y es *jerárquica* porque la diferenciación que establece entre hombres

3 As mulheres passaram a ter o direito ao voto assegurado pelo Decreto no 21.076, de 24/02/1932, que foi assinado pelo então presidente, Getúlio Dornelles Vargas, durante o seu Governo Provisório, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

y mujeres, lejos de ser neutra, valida las características y actividades asociadas con el hombre y la mujer.

Essas conceituações mostram que o *habitus* sexista e as possibilidades dos homens e das mulheres resultam de construções sociais, que são historicamente estabelecidas por meio da relação entre eles. Não obstante, associam-se ações, condutas, sentimentos, valores, e atividades as disposições masculinas e femininas as quais contribuem tanto para condicionamento do *habitus* quanto para a perpetuação da diferença.

ATIVIDADES, ESPORTES E A PERPETUAÇÃO DA DIFERENÇA

Ao longo dos períodos históricos, a cultura tem sido pródiga em criar e propagar uma divisão de gênero na sociedade. Compreende-se por cultura a teia de significados que os humanos, em sua dinâmica social, vão tecendo, atualizando e vivendo sobre ela. (GEERTZ, 1989). Assim, esta constituiu um campo de atividades que são consideradas próprias, propícias e aceitáveis para as mulheres e outro para os homens. (KNIJNIK, 2006; 2009).

As atividades femininas deveriam (e para algumas pessoas ainda devem) ser mais calmas, preconizando a suavidade corporal em detrimento da exigência física acentuada. De lado oposto e antagônico, estariam às masculinas, mais brutas e violentas, onde se preconiza o contato físico mais ríspido. Para Daolio (1995) esse processo coloca às claras que há uma construção cultural do corpo, a qual é estruturada pelas especificidades de cada cultura. No Brasil, reverberando os pressupostos supracitados, o corpo feminino é construído diferentemente do masculino, por meio também das práticas que cada gênero é passível de realizar.

Nesse sentido, pode-se dizer que, conjuntamente, a família (muitas vezes de forma inconsciente), a escola e a sociedade brasileira têm sido pródigos nessa construção, a qual reforça a constituição do *habitus* sexista e, por conseguinte, a perpetuação da diferença entre os gêneros. Sobre essa questão, Cruz e Palmeira (2009, p. 16) expõem que:

Historicamente, as mulheres têm exercido papéis secundários em relação aos homens, em quaisquer setores da sociedade. Essa dita superioridade masculina foi construída culturalmente a partir das diferentes formas de educar homens e mulheres, o que conferiu competências e habilidades específicas para cada gênero. As instituições, escola e família, são consideradas as principais responsáveis pela construção e/ou reprodução de conceitos equivocados, ou melhor, valores estereotipados a cerca das questões de gênero.

Complementando a discussão, Knijnik (2009) retrata que os valores estereotipados acerca dos gêneros são reforçados por meio de expectativas diferenciadas sobre os meninos e sobre as meninas na escola. Para o autor, normalmente os professores esperam que os meninos sejam bagunceiros e irrequietos, diferentemente das meninas, que são premiadas pela passividade e submissão. Já Saraiva (2005), expõe que as aulas (de Educação Física), muitas vezes organizadas através de condições polarizantes entre os gêneros, também contribuem na perpetuação das desigualdades entre eles.

Daolio (1995, p. 102) contribui com a discussão, exemplificando atitudes que são recorrentes nos pais e que também influem nesse processo. Este autor destaca que:

Sobre um menino, mesmo antes de nascer, já recai toda uma expectativa de segurança e altivez de um macho que vai dar sequência à linhagem. Na porta do quarto da maternidade, os pais penduram uma chuteirinha e uma camisa da equipe de futebol para a qual torcem. Pouco tempo depois, dão-lhe uma bola e estimulam-no aos primeiros chutes. Um pouco mais tarde, esse menino começa a brincar na rua (futebol, pipa, subir em árvores, carinho de rolimã, skate, bolinha de gude, bicicleta, taco etc., porque, segundo as mães, se ficar em casa vai atrapalhar.

Em torno de uma menina, quando nasce, paira toda uma névoa de delicadeza e cuidados. Basta observar as formas diferenciais de se carregar meninos e meninas, e as maneiras de os pais vestirem uns e outros. As meninas ganham de presente, em vez de bola, bonecas e utensílios de casa em miniatura. Além disso, são estimuladas o tempo todo a agir com delicadeza e bons modos, a não se sujar, não suar. Portanto, devem ficar em casa, a fim de ser preservadas das brincadeiras “de menino” e ajudar as mães nos trabalhos domésticos, que lhes serão úteis futuramente quando se tornarem esposas e mães.

Assim, a constituição do *habitus* sexista vai, ao longo do tempo, determinando o que é próprio e propício para cada gênero. Da mesma forma, os influenciam a realizar ou não determinadas atividades. Ferreira (2010) salientou a existência de profissões que, justamente, são consideradas mais proximais das características femininas, por serem uma extensão dos papéis sociais, historicamente desempenhados por elas. São elas: Pedagogia, Nutrição, Enfermagem e Serviço Social. A autora também retratou as profissões que se aproximam das características masculinas – Física, Engenharia, Matemática, Química e Ciência da Computação.

Respeitando a relativa autonomia dos campos, observamos que tais preceitos são recorrentes no campo das atividades físicas e esportivas. A dança, a caminhada e a ginástica são culturalmente consideradas e estimuladas para as mulheres. Igualmente, o futebol para os homens (GABRIEL et al., 2012). Normalmente, essas práticas e comportamentos são desestimulados para o gênero oposto, o que também contribui neste ciclo de ações, que conjuntas cada qual com o seu poder de influência, contribuem para a perpetuação da diferença entre o *habitus* dos homens e das mulheres.

MATERIAL E METODOLOGIA

Para alcançar a proposta deste estudo, optou-se em realizar alguns passos metodológicos. O primeiro passo foi constituído pela elaboração de um questionário estruturado, composto por duas questões fechadas: **1.** Você gosta de futebol? (Sim ou Não); **2.** Por qual motivo resolveu não praticá-lo? (a. Falta de Oportunidade; b. Falta de Afinidade; c. Inabilidade Técnica; d. Creditá-lo como violento; e. Preconceito de Gênero; f. Outros). Em um segundo momento, ele foi aplicado para as meninas devidamente matriculadas nas outras modalidades ofertadas pelo projeto.

A entrega e o recolhimento dos questionários ocorreram nos respectivos horários de treinamento das turmas femininas. Por não ter obrigatoriedade de participação, somente as meninas que intencionaram o preenchimento do questionário receberam orientações sobre as etapas da pesquisa. Dentre essas, estava que participação seria efetivada por meio da devolução do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente assinado pelos pais ou responsáveis, e que os dados seriam utilizados para a construção de trabalhos

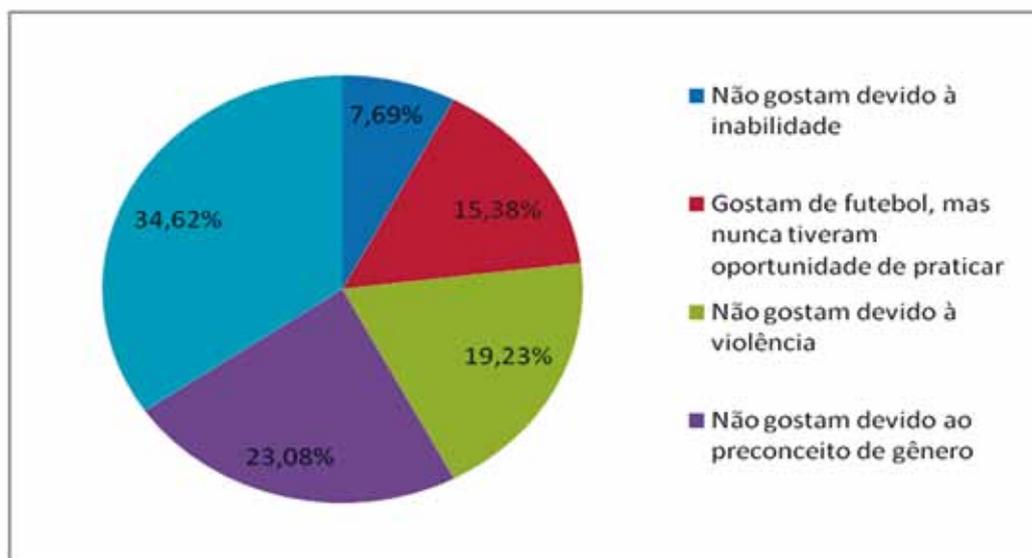
científicos.

Para realizar a tabulação das informações obtidas, utilizou-se da análise percentual e, para a discussão dos resultados, comparou-se o material empírico com o que se tem na literatura nacional sobre o futebol feminino.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do total de cento e vinte e uma meninas (121) que estavam regularmente matriculadas no projeto, vinte e seis (26) validaram a participação na pesquisa, respondendo ao questionário sob a autorização dos pais ou responsáveis.

GRÁFICO 1- Percentual sobre o total das respondentes



Fonte: Os autores

A percentagem indicou que 15,38% das respondentes gostam de futebol, mas nunca tiveram oportunidade para praticá-lo. 34,62% não gostam de futebol devido à falta de afinidade com a modalidade. Esses números podem justificar as implicações atuais, resultantes das várias restrições históricas que situavam a reprovação social de mulheres praticando futebol.

Ao longo do século XIX a estrutura extremamente conservadora somada ao que se considerava ser o papel social das mulheres (mães e esposas), dificultava a participação efetiva delas no campo esportivo. Entretanto, no início do século XX, em decorrência do processo de urbanização das grandes metrópoles, as mulheres passam a realizar práticas esportivas. Acreditava-se que, por meio da exercitação, o corpo se fortaleceria e produziria mais e com maior eficiência (GOELLNER, 2005).

Nesse mesmo período, os intelectuais também acreditavam que o fortalecimento orgânico contribuiria para o processo de modernização e embranquecimento da nação. As mulheres foram então interpeladas ao projeto, sob a incumbência de regenerar a sociedade através da gestação de crianças fortes e saudáveis. Por isso, recomendou-se que elas praticassem esportes brandos, considerados como adequados para o que se esperava da mulher (GOELLNER, 2005; 2008).

Mesmo com essa recomendação, as mulheres foram se inserindo nas mais variadas modalidades esportivas. No que tange ao futebol feminino, existe resquícios historiográficos desta prática nos anos 10, 20, 30 e 40 (MOURA, 2003; MOURÃO; MOREL, 2005), mas não se sabe ao certo quando teria ocorrido a primeira partida de futebol entre as mulheres.

Segundo Franzini (2005), em 1940 a inserção da mulher no futebol começou a ascender e a ganhar visibilidade social. Este autor, utilizando o jornal “Folha da Manhã” reforça que nesse período existiam dez equipes femininas, em vigência no Rio de Janeiro, além de outras em São Paulo. A inserção da mulher no futebol e no esporte em geral criou tensões e conflitos de concepções na sociedade.

Em decorrência disto, foi criada a primeira legislação para organizar o esporte no país. O decreto Lei nº 3.199, de 14 de Abril de 1941, no seu artigo um (1) instituiu o Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão responsável por orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos no país. O artigo cinquenta e quatro (54) definiu que as mulheres não poderiam realizar práticas incompatíveis com a sua natureza (BRASIL, 1941).

De acordo com Goellner (2005a), neste mesmo ano, o General Newton Cavalcanti apresentou ao CND subsídios para a elaboração de um documento, que proibiu as mulheres de realizar algumas modalidades, tais como as lutas, o salto com vara, o salto triplo, o declato e o pentatlo. Em 1965 esse órgão aprovou a deliberação Nº 7, que em seu artigo sessenta (60) registrava não ser permitida a participação feminina nas lutas de qualquer natureza, no futebol, no futebol de salão, no futebol de praia, no pólo aquático, no rugby, no halterofilismo e no baseball. Somente em 1979 esta deliberação foi revogada (JÚNIOR; DARIDO, 2002; MOURA, 2003).

A partir da década de 1980, a legislação esportiva deixou de ser um entrave para as mulheres futebolistas. No entanto, nesta temporalidade o futebol já estava enraizado como um esporte masculino, o que dificultou a disseminação, a afinidade e o interesse de algumas mulheres. Esse fator também influenciou na incipiência de espaços que oportunizem tal modalidade para o público feminino (GABRIEL; FREITAS JR., 2012).

Neste estudo verificou-se que a justificativa para não praticar futebol devido à inabilidade foi assinalada por 7,69% das meninas. Esses números podem ser justificados observando-se a história cultural brasileira, que propicia o contato do menino com a bola desde a mais tenra idade, diferentemente das meninas que, muitas vezes, terão as primeiras experiências com o futebol somente na escola, nas aulas de Educação Física (GABRIEL, 2012).

Nesse sentido, vale destacar que nem todas as meninas são inábeis e nem todos os meninos são hábeis, mas como o desenvolvimento das habilidades motoras está condicionado à experiência do indivíduo no decorrer da vida (SCHMIDT; WRISBERG, 2010) as meninas tendem a ter maior dificuldade nas habilidades exigidas pelo futebol, principalmente devido ao contato tardio com a modalidade. Os autores reforçam que as pessoas optam pela realização de atividades de acordo com a possibilidade de êxito e tendem a excluir situações em que possa ocorrer o fracasso.

A violência (19,23%) também foi uma justificativa para não gostar de praticar o futebol. Na primeira metade do século XX quando a mulher estava se inserindo no esporte, vários discursos foram proferidos na sociedade, sob a incumbência de afastá-las de algumas modalidades deste campo. Segundo Goellner (2005a), o futebol, designado como

muito violento para a conformação corporal feminina, caracterizava-se como uma delas.

Faria Jr. (1995) retratou a opinião de especialistas deste período, sobre a participação feminina no futebol. Para o autor, um dos principais argumentos científicos utilizados contra a inserção da mulher no futebol foi o de que o esforço e a tensão desta modalidade deveriam ser evitados, pois poderiam causar danos permanentes aos órgãos reprodutores da mulher. Para tanto, exemplifica a questão através da opinião do médico Humberto Ballariny que ao tratar do futebol relata que ele “[...] é muito violento e prejudicial ao organismo não habituado a esses grandes esforços. Além disso, o futebol provoca congestões e traumatismos pélvicos de ação nefasta para os órgãos femininos” (BALLARINY apud FARIA JR., 1995, p. 25).

Esses pressupostos, arraigados no imaginário social, nos ajudam a compreender a concepção e a posição de algumas mulheres, que atualmente, optam em não praticar o futebol.

Outro motivo (23,08%) para o afastamento da prática do futebol está relacionado ao preconceito referente ao gênero. O campo esportivo e, no interior deste, o subcampo futebolístico foram configurados por meio de valores que são considerados masculinos, caracterizando-se como um espaço social marcado pela violência, agressões, insensibilidade, força e determinação (RUBIO; SIMÕES, 1999; KNIJNIK; SOUZA, 2004).

Atualmente, as mulheres estão inseridas em praticamente todas as modalidades esportivas. No entanto, o esporte ao requisitar valores que ainda são considerados de exclusividade masculina, acaba gerando discriminação e preconceito para as mulheres inseridas nesse campo. Principalmente, nas modalidades em que o domínio masculino é incontestado como, por exemplo, no futebol (KNIJNIK; VASCONCELOS, 2003).

CONCLUSÕES

Percebeu-se até o presente momento que, enquanto uma construção social realizada ao longo da história sobre a constituição biológica dos seres humanos, a estruturação das disposições (*habitus*) sexistas antagonizaram os gêneros, masculino e feminino.

O produto desse antagonismo se configura em maneiras de agir, de utilizar o corpo e de atividades que são próprias, propícias e aceitáveis a um ou outro gênero. Esses aspectos, colocados em prática pela família, pela escola e pela sociedade, acabam reforçando a constituição do *habitus* sexista e perpetuando tanto o antagonismo entre os gêneros como as condições sociais que produziram tal diferença.

Esse processo pode ser visualizado por meio do futebol. Durante a história progressiva da sociedade brasileira, houve a ocorrência de diversos fatores que implicaram no atual afastamento de algumas mulheres em relação à prática do futebol. As meninas matriculadas no projeto “Escola da Bola” elencaram por meio do preenchimento do questionário cinco aspectos distintos, entretanto interdependentes. São eles: a falta de oportunidade, a falta de afinidade, a inabilidade técnica, a violência e o preconceito de gênero. Aspectos estes que acabaram na não participação feminina nesta modalidade ofertada pelo referido projeto.

Esta relação entre a mulher e o futebol está tão arraigada na cultura brasileira, que não basta à conscientização e o desejo de mudança para a transformação da realidade desta modalidade. A mudança que se quer para o futebol é lenta, gradual e sem linearidade, pois perpassa pela desconstrução do *habitus* sexista, o qual esta subjacente as possibilidades dos homens e das mulheres.

Diante desta observação, a coordenação do projeto acredita que pode auxiliar positivamente na solução dessa problemática. Esta perpassa pela manutenção da oferta do futebol para as mulheres e pela construção de valores não discriminatórios no que se refere ao gênero para todas as pessoas envolvidas no projeto. Mesmo com a resistência da sociedade em geral e das meninas do projeto em particular, essas ações serão postas em prática, rumo a uma sociedade mais justa e harmônica. Neste aspecto o esporte é um excelente meio para que isto possa ser trabalhado, pois mais do que descobrir atletas este projeto busca formar o cidadão e ser cidadão é poder usar dos seus direitos, mas também respeitar a diferença existente entre os seus semelhantes.



REFERÊNCIAS

- BAUER, C. Breve história da mulher no mundo ocidental. 1. Ed. São Paulo: Xamã, 2001. 141 p.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 158 p.
- _____. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. 208 p.
- CRUZ, M. M. S.; PALMEIRA, F. C. C. Construção de identidade de gênero na educação física escolar. *Motriz*, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 116-131, jan./mar. 2009.
- DARIDO, S. C. Futebol feminino no Brasil: do seu início à prática pedagógica. *Revista Motriz*, Rio Claro, 2002.
- FARIA JR., A. G. Futebol, Questões de gênero e co-educação: algumas considerações didáticas sob enfoque multicultural. *Pesquisa de Campo*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 17-39. 1995.
- FRANZINI, F. Futebol é “coisa pra macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 1-15, jul./dez. 2005.
- FERREIRA, M. M. Profissões masculinas e profissões femininas: o que é ser bibliotecário no universo de uma profissão “feminina”? In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE BIBLIOTECARIOS, ARCHIVISTAS Y MUSEOLÓGOS, 2., 2010, Lima. Anais... Lima, [s. n.]: 2010. p. 1-11.
- GABRIEL, B. J. A influência do gênero na participação da prática futebolística nas aulas de Educação Física: uma análise da prática discursiva das meninas do ensino médio do colégio estadual General Osório. 2012, 102 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Licenciatura em Educação Física) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.
- GABRIEL, B. J; FREITAS JR., M. A. A Influência do gênero na participação da prática futebolística: ideologias e comportamentos sociais. In: SIMPÓSIO DE FUTEBOL: MIGRAÇÕES, MÍDIAS E SOCIABILIDADES, 2., 2012, Florianópolis. Anais... Florianópolis, [s. n.]: 2012. p. 1-13.
- _____, et al. A Influência do gênero na participação da prática futebolística nas aulas de educação física: uma análise do discurso das meninas da 3a série A do Colégio Estadual General Osório. *Coleção Pesquisa em Educação Física. Várzea Paulista*, v. 11, n. 1, p. 43-52, abr. 2012.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 213 p.
- GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sobras e visibilidades. *Rev. bras. Educ. Fís. Esp.*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-5, abr./jun. 2005.
- _____. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Rev. Pensar a Prática*, Goiás, v. 8, n. 1, p. 85-100, jan./jun. 2005a.

_____. "As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte": Esporte, Eugenia e Nacionalismo no Brasil no Início do Século XX. Record, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-28, jun. 2008.

CADAVID, L. E. G.; CASTRO, L. A. P. A propósito de la salud en el fútbol femenino: inequidad de género y subjetivación. EFDeportes, Buenos Aires, v. 6, n. 33, p. 1-2, mar. 2001.

JÚNIOR, O. M. S.; DARIDO, S. C. A Prática do futebol feminino no ensino fundamental. Motriz, Rio Claro, v. 8, n. 1, p. 1-9, jan./abr. 2002.

KNIJNIK, J. D. Femininos e masculinos no futebol brasileiro. 2006. 475 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. Muito além dos estereótipos: teatro, gênero e Direitos Humanos na cultura infantil. In: Brasil: residência da Republica; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (Org.). 4o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações e artigos científicos premiados. Brasília: Imprensa Nacional, 2009, p. 19-34.

_____.; VACONCELOS, E. G. Sem Impedimento: o coração aberto das mulheres que calçam chuteiras no brasil. In: COZAC, J. R. L. (Org.). Com a cabeça na ponta da chuteira: ensaios sobre a psicologia do esporte. São Paulo: Annablume, 2003. p. 75-89.

_____. SOUZA, J. S. S. de. Diferentes e desiguais: relações de gênero na mídia esportiva brasileira. In: KNIJNIK, J. D. SIMÕES, A. C. (Orgs.). O Mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho. São Paulo: Apeph, 2004. p. 193-212.

MOURA, E. J. L. de. As Relações entre lazer, futebol e gênero. 2003, 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MOURÃO, L. MORAL, M. A Narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 26, n. 2, p. 73-86, jan. 2005.

RUBIO, K.; SIMÕES, A. C. De espectadoras a protagonistas: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. Movimento, Rio Grande do Sul, v. 5, n. 11, p. 61-70, set. 1999.

SARAIVA, M. C. Co-Educação Física e Esportes: quando a diferença é mito. 2. Ed. Ijuí: Unijuí, 2005. 200p.

SCHMIDT, R. A.; WRISBERG, C. A. Aprendizagem e performance motora: uma Abordagem da Aprendizagem Baseada na Situação. 4. Ed. São Paulo: Artmed, 2010, 416 p.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TEROSSO, M. B.; D'ANGELO, A. P.; STILLI, Daniela, A. B. de. Futebol e gênero: a visão nacional sobre a prática do futebol entre as mulheres. Anuário da Produção Acadêmica Docente, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 1-16, mar. 2010.

Artigo recebido em:
30/06/2014

Aceito para publicação em:
26/09/2014

